Senado registra o bloco mas decisão é provisória

TARCISIO HOLANDA

O presidente do Senado, Nelson Carneiro, reconheceu a constituição do bloco Movimento Parlamentar Social Liberal, ainda sem líder, mediante a apresentação pelo líder do Governo de declarações dos integrantes das bancadas do PRN, PSC, PDS, PFL, PST, PMN, PDC e PTB de adesão ao novo agrupamento de representações partidárias. Assim mesmo, a sessão vespertina do Senado foi toda tomada pela discussão que suscita a criação do bloco parlamentar governista.

A questão ainda não está resolvida, de forma definitiva, uma vez que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado reúne-se, às 9h da manhã de hoje, para decidir se os líderes de bancadas que aderiram ao bloco parlamentar constituído ontem perdem seus cargos e prerrogativas, nos termos das decisões adotadas, à noite de anteontem, pelo presidente do Senado, Nelson Carneiro.

A sessão vespertina do Senado foi tumultuada pela discussão em que se envolveram diferentes senadores em torno dos aspectos legais envolvidos na constituição do bloco de representações partidárias. Como o senador Nelson Carneiro comunicasse que não reconhecia os líderes de bancadas, enquanto a Comissão de Justiça não se pronunciava sobre a questão, o senador Marco Maciel, líder do PFL e um dos grandes inspiradores do bloco, declarou sua bancada em movimento de obstrução parlamentar, em sinal de protesto. O presidente do Senado, Nelson Carneiro, decidiu revogar a extinção das lideranças de bancadas que aderiram ao bloco até que a Comissão de Justiça se pronuncie.

No mérito, o presidente do Senado manteve a decisão de considerar extintos os cargos de líderes das bancadas partidárias que aderiram ao bloco parlamentar governista. Ape-

nas concordou em sobrestá-la, até que a Comissão de Justiça se pronuncie definitivamente sobre o mérito, o que deverá ocorrer na sessão da manhã de hoje.

A Comissão de Constituição e Justiça é composta de 23 integrantes, sendo oito do PMDB, três do PSDB, um do PDT (Maurício Correia) e um do PT (José Paulo Bisol). O presidente da Comissão, Senador Cid Sabóya de Carvalho, está convencido de que a maioria da Comissão considerará extintas as representações partidárias e os cargos de líderes a partir do momento em que aderiram ao bloco parlamentar.

O relator do processo é o Senador gaúcho José Paulo Bisol (PT-RS), que reconhecerá como jurídica e regimentalmente acertada a decisão adotada pelo presidente do Senado. Ainda hoje, a decisão da Comissão de Justiça será levada ao plenário para uma decisão da última instância.

Apesar da declaração do senador Cid Sabóya de Carvalho de que a Comissão opinará, sem qualquer sombra de dúvida, em favor da posição do presidente do Senado, não se pode descartar a hipótese de uma surpresa. Entre os oito integrantes do PMDB na Comissão ainda se inclui o senador Aureo Mello, que já aderiu ao Governo e ao seu bloco.

O senador José Ignácio criticou duramente a decisão do presidente do Senado de não considerar sua primeira comunicação por por julgá-la anti-regimental. Repetindo o que já dissera em plenário, José Ignácio sustentou, em contato com a imprensa, que o presidente do Senado não tem competência para constituir ou desconstituir o bloco parlamentar. "Cabia-lhe agir como um cartório de registro", comentou o senador capixaba. Ignácio recusou-se a explicar a razão por que o bloco parlamentar se forma três dias antes do término da legislatura.